

**APONTAMENTOS PRIMEIROS  
SOBRE O CONCEITO DE RESPONSABILIDADE DISCURSIVA**

Vítor Vieira Ferreira (UFRJ)  
[vitor.vieira.ufrj@gmail.com](mailto:vitor.vieira.ufrj@gmail.com)

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo propor uma interface entre duas áreas do conhecimento que raramente estabelecem diálogos mais fecundos entre si. Trata-se de estudos do discurso – conceito que contemplaria as rubricas da análise do discurso, da linguística aplicada, da pragmática e outras áreas afins – e do campo filosófico da ética. Com base nesta proposta, eminentemente interdisciplinar, foi tomado como elemento central de investigação e análise o que gostaríamos de denominar responsabilidade discursiva. Pensar nesta forma de responsabilidade nos leva a examinar as produções linguísticas dos indivíduos, enquanto atos a ser avaliados a partir de uma perspectiva ética. Considerada a inserção desses atos em cadeias discursivas mais amplas e com desdobramentos materiais que ultrapassam a esfera do linguístico, em que medida um indivíduo é responsável pelos enunciados que produz? Para darmos os primeiros passos nessa investigação, somos levados a refletir sobre questões de agência subjetiva nas estruturas discursivas, sobre formas de determinação subjacentes a tais estruturas e sobre a ampliação dos meios materiais de reprodução e legitimação de certos discursos, dentre outros pontos fundamentais e caros a uma perspectiva epistemológico-linguística que entende o fenômeno da linguagem como prática social, inexoravelmente atravessada por elementos de ordem extradiscursiva, que se veem a um mesmo tempo refletidos e refratados pelas produções verbais dos indivíduos socialmente organizados. E tudo isto considerado mais especialmente nosso momento histórico contemporâneo onde um número cada vez maior de indivíduos se converte em agentes de reprodução – quase que automatizada – deste ou daquele discurso, em virtude do desenvolvimento tecnológico dos meios de difusão de informação.

**Palavras-chave:** Discurso. Responsabilidade discursiva. Análise do discurso.

**1. Introdução**

Antes de mais nada, devem ser considerados aqui por um lado os limites desta publicação, e, por outro, o fato de estarem sendo apresentadas aqui, como o título já claramente aponta, tão somente reflexões iniciais em torno de uma pesquisa que se mostra embrionária – conquanto apresente alguns contornos já claros. Nas linhas que se seguem, tomaremos como objeto central de reflexão o conceito de *responsabilidade discursiva*. Termo, que, até onde me consta, não figura em outros trabalhos acadêmicos, ao menos não com a importância que aqui proponho que ele

tenha.

Considerado o conceito já em seus termos, ficará claro o caráter interdisciplinar da empreitada. Temos aqui uma proposta de interface entre os campos maiores da linguística e da filosofia. Se tomarmos os dois conceitos-base *responsabilidade* e *discurso* (e, neste sentido, a combinação “discurso responsável” se torna tão possível quanto “responsabilidade discursiva”) chegaremos então às áreas dos estudos do discurso e da ética.

Quanto à primeira área, trata-se de uma rubrica assumidamente mais ampla e que se propõe a abarcar disciplinas como a pragmática, a linguística aplicada, a análise (crítica) do discurso e outras afins. Não se coloca para nós neste momento a questão sobre o termo “disciplina” ou dos limites a serem estabelecidos para os campos citados. O que pode ser afirmado sem maiores contestações é que há um eixo analítico central, um recorte epistemológico em comum, que concede primazia ao estudo dos fenômenos linguísticos em suas realizações concretas de uso, sendo estas cultural, social, enfim, historicamente determinadas. Recorrermos a algumas dicotomias já consagradas na história da linguística torna ainda mais claro de que se trata este eixo. Tomar como objeto de estudo a linguagem em uso significa priorizar a *langue* à *parole* de Saussure, o desempenho à competência de Chomsky ou ainda a sentença ao enunciado de Bakhtin.

Já quanto à segunda área, a Ética, trata-se, conforme define o *Dicionário Básico de Filosofia* (JAPIASSÚ & SOUZA FILHO, 2006) em verbete correspondente, da

[p]arte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.).

Ademais, cabe à ética a área da filosofia tomar como objeto de investigação a responsabilidade moral dos atos humanos.

## **2. Sobre o conceito de responsabilidade moral**

Conquanto moralidade e responsabilidade sejam termos que não com grande dificuldade sejam ditos ou escritos em interações cotidianas, é necessário que tornemos o conceito de responsabilidade moral um pouco mais preciso.

Conforme aponta Fischer (1987, p. 81), uma teoria da responsabilidade moral estabelece as condições sobre as quais um indivíduo, considerado seu comportamento, é digno de receber um elogio (*praise*) ou uma reprovação (*blame*). Uma tentativa de teorização da responsabilidade moral, encontra-se diretamente ligada a uma ideia fundamental para a ética. A saber, a de que o homem transcende a natureza e seus imperativos na medida em que foi capaz de construir para si uma nova morada (*ethos*) a um mesmo tempo individual e social. Isto é, não mais estando fadado a seus desígnios biológicos enquanto espécie, ou mesmo às intempéries do ambiente natural que o cerca, o homem passa a dispor de um poder tal que o leva inevitavelmente a se questionar: dentre toda uma infinita gama de novas possibilidades, quais delas se apresentam como sendo boas, e quais como ruins? (Cf. HÖFFE, 2013, p. 10). Portanto, refletir sobre a moralidade dos atos humanos é tentar estabelecer princípios a partir dos quais estes atos possam ser valorados.

Se falamos aqui em um poder que transcende determinismos biológico a priori, estamos então adentrando no terreno da liberdade, ou do livre-arbítrio. Pois, em um primeiro momento, somente poderíamos falar em responsabilidade, isto é, em uma avaliação moral de um ato, se o indivíduo que o realiza fosse livre para fazê-lo de um *outro modo* – eis aqui o que se coloca para alguns autores (como Peter van Inwagen e Harry Frankfurt) como o princípio das possibilidades alternativas. Daí não ser possível responsabilizar alguém por ter feito algo se este alguém só poderia fazê-lo. Não faria sentido, portanto, imputarmos responsabilidade a indivíduo que se vê obrigado por criminoso armado a conceder-lhe a senha bancária de seu marido ou esposa<sup>51</sup>.

Coloca-se então diante de nós um problema fundamental da filosofia e que obviamente não se pretende solucionar aqui: a questão do livre-arbítrio e do determinismo – ou, dito de outro modo, da liberdade e da necessidade.

Conforme sintetiza satisfatoriamente Costa (2000, p. 19), o problema pode ser considerado a partir de três proposições fundamentais:

---

<sup>51</sup> Não entraremos aqui na discussão que se coloca com Frankfurt (1988, p. 1 et seq.) quando este sugere que é possível ser moralmente responsável por uma ação ainda que não tivesse sido possível agir de outra forma.

1. Todo evento é causado.
2. Nossas ações são livres.
3. Ações livres não são causadas.

Este sistema de proposições, conforme aponta o autor, é um sistema em si inconsistente, isto é, não há a possibilidade de as três serem verdadeiras. Se rejeitamos a proposição 1, aceitando assim a ideia de que há dentre as ações humanas algumas que são livres e, portanto, não causadas, estaremos então a adotar uma postura *libertarianista*. Se rejeitamos a proposição 2, aceitando assim a ideia de que todo evento é causado, não há, desta forma, motivos para se falar em liberdade, restando assim que nos mantenhamos em uma postura *determinista*. Por fim, se consideramos a possibilidade de que nossas ações sejam livres, ainda que se possa falar em uma causalidade de eventos, resta então a postura compatibilista. Estas três posturas correspondem às três grandes tentativas de resolver o problema do livre-arbítrio: o libertarianismo, o determinismo e o compatibilismo. E ainda é digno de menção a ideia do incompatibilismo, que, contrapondo-se ao compatibilismo, postula que a noção de um universo plenamente determinado por mecanismos causais é incompatível com a ideia de livre-arbítrio; o mesmo ocorre inversamente – trata-se sempre, portanto, de optar exclusivamente ou pela liberdade, ou pelo determinismo pleno.

Evidentemente, há uma série de argumentos que dão suporte a cada uma destas posições e, como dito anteriormente, trata-se aqui de uma questão indissolúvel – ao menos assim apresenta-se até o momento considerando o estado da arte da filosofia e mesmo da ciência<sup>52</sup>. Com isso, nosso objetivo aqui é tão somente apresentar, de modo assumidamente bastante sintético e superficial, a complexidade do tema de nosso trabalho e que correntes se viram estabelecidas na filosofia em sua trajetória ao longo da história.

### **3. Reflexões filosóficas à luz dos estudos do discurso**

O movimento central que realizamos neste trabalho – e que em

---

<sup>52</sup> Devem aqui serem mencionados os experimentos e toda a literatura disponível no campo da neurociência que se debruçam direta ou indiretamente com o tema do livre-arbítrio. Para citar alguns: Murphy & Brown (2007), Willmott (2016) e Suarez & Adams (2013).

alguma medida concede a ele algum ineditismo, ao menos quando falamos em produções acadêmicas em língua portuguesa – é compreender os fenômenos da linguagem como objeto de uma reflexão eminentemente ética. Sendo mais preciso, e reafirmando o eixo analítico central anteriormente mencionado, entendo o discurso, ou, dito aqui de outro modo, a produção de um enunciado linguístico, como uma prática social. Julgo ser relevante esta inserção do discurso na categoria das práticas sociais e sobre isto cabe aqui relevante passagem:

    Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. [...] [Isto] implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] implica uma relação dialética entre o discurso a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição quanto o efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91)

Entendido como uma prática, um ato humano como qualquer outro – lembremos que o objeto central da reflexão no campo da ética é p agir humano e sua devida valoração – posso dizer que se opera aqui uma substituição da pergunta filosófica clássica “o que devo fazer” ou “como devo agir” por questionamentos como “o que devo dizer” ou “como devo expressar”.

Meu objetivo mais amplo é o de preencher lacunas que se verificam de uma forma geral nos dois campos entres os quais objetivamos estabelecer aqui uma interface. Por um lado, a maior parte dos estudos em ética<sup>53</sup> não tomam como objeto de reflexão os atos de produção discursiva; e, por outro, os estudos nas áreas do discurso raramente se propõe a investigar imperativos morais e éticos últimos quando da produção de atos discursivos.

Com este intuito, e entendidas como desdobramentos das perguntas colocadas no parágrafo anterior, as linhas que se seguem tomarão como ponto de partida os seguintes questionamentos: a) o que significa ser discursivamente livre?; b) poderíamos falar em determinismo linguístico ou discursivo?; c) poderíamos falar em livre-arbítrio discursivo?; d) o que poderia significar, portanto, ser discursivamente responsável? Trataremos de cada uma destas questões, ainda que de modo inicial.

---

<sup>53</sup> Não se pode negligenciar aqui a vasta literatura sobre o ramo da ética do discurso (*Diskursethik*) que, infelizmente, acaba por ficar restrita aos círculos de língua alemã e sobre o que ainda muito pouco foi escrito em língua portuguesa.

### **3.1. Ser discursivamente livre**

Coloquemos lado a lado o tema da liberdade e o conceito de linguagem, entendido aqui, repetamos, como uma prática social. Não será então difícil sustentar a ideia de que a produção de um enunciado é um dos atos mais difíceis de serem controlados por elementos externos ao agente. Se pensarmos, por exemplo, mesmo nos mais autoritários momentos da história da humanidade, não há de se negar que algumas ideias, ditos, ou mensagens, sejam musicadas, sejam em bilhetes secretos, eram transmitidas e sem que disso se pudesse ter qualquer controle. Por mais intensa que fosse a repressão, até mesmo um piscar de olhos possuía uma carga discursiva incontrolável, podendo mesmo este simples ato significar muito a depender da interação comunicativa em questão. Em suma, tentar calar uma voz que quer se fazer ouvida não é da tarefa mais fácil – ainda que não seja impossível.

Se pensarmos, por exemplo, nos eventos biográficos de um pensador italiano tão caro aos estudos do discurso – ainda que nem sempre devidamente reconhecido – a saber, Antonio Gramsci, veremos que sequer a prisão a mando do fascista Benito Mussolini foi capaz de silenciá-lo. Do contrário, sua obra prima realizou-se precisamente no cárcere; tendo-lhe bastado tão somente folhas onde se pudesse escrever algo com o que escrevesse.

Prosseguindo com nossa reflexão, pensarmos em liberdade discursiva pode vir a nos remeter a Aristóteles. Para o pensador grego, uma ação voluntária (e, portanto, livre) deve ter origem no agente, sendo ele própria seu responsável, sua causa.

Tomemos então um enunciado qualquer. Se pensamos nos elementos clássicos da comunicação conforme sugeridos por Jakobson (ao que retornaremos posteriormente), perceberemos que para este enunciado (que pode ser chamado de texto, discurso ou mensagem) o elemento de maior importância, em última instância, é o seu emissor. Ou seja, conquanto estejam presentes na realidade um contexto referencial do qual se trate o enunciado, um canal, um código e um receptor, a mensagem só pode se materializar se houver um emissor que o faça. E ainda poderíamos dizer mais: considerada a fundamentação social dos códigos, sem as interações dos agentes individuais, dos falantes (caso se trate de uma linguagem verbal) nenhum código seria possível. Deste modo, tomando por base a reflexão do Estagirita, poderemos então afirmar que toda a produção linguística tem sua origem em um agente individual, sendo, portanto,

voluntária, livre e, mais do que isto, passiva de ser moralmente valorada, uma vez que o indivíduo assume sempre a responsabilidade do ato.

Outra contribuição relevante e que contribui para nossa reflexão é a do consagrado linguista Émile Benveniste. Tomemos uma de suas passagens:

[a linguagem] [é] tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. [...] Os próprios termos dos quais nos servimos aqui, eu, e tu, não se devem tomar como figuras, mas como formas linguísticas que indicam a "pessoa". É notável o fato – mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? – de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os "pronomes pessoais". Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. (BENVENISTE, 1976, p. 287)

Neste e em outros momentos do texto em questão, o que se defende é a ideia de que o sujeito se manifesta, se vê expresso, precisamente por meio da linguagem, não sendo possível, portanto, falarmos em uma linguagem sem sujeito. As formas linguísticas pronominais de primeira, segunda e terceira pessoa não por menos verificam-se – assim se supõe – em toda e qualquer língua, ainda que com comportamentos linguísticos, ou, em termos chomskyianos, em parâmetros distintos. Esta reflexão apresentada pelo linguista francês, somada à anterior aristotélica, reafirma a centralidade do sujeito nas produções linguísticas. Isto, porém, seria um indício de sua liberdade na esfera da linguagem?

Alguns argumentos parecem tornar a questão um pouco mais complexa.

Em primeiro lugar, poderíamos mencionar a tese de que uma das funções da linguagem é a produção de sujeitos (cf. LECERCLE, 2006, p. 198). Isto é, a linguagem, para além de ser um meio neutro de comunicação com o qual indivíduos interagem, é ela própria espaço para processos de subjetivação. Podemos dizer que a constituição subjetiva dos indivíduos se dá a partir da inserção destes em estruturas discursivas e em virtude das diferentes posições dos indivíduos nestas estruturas. Dito de outro modo, dentre outros fatores, somos quem somos em virtude dos discursos e das posições discursivas que ocupamos na vida social<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Não se trata aqui de endossar a tese – hoje bastante em voga nas ciências humanas – de que não haja qualquer forma de determinação na constituição dos sujeitos que não sejam as sociais e cultu-

Há algo mais que vai ao encontro do que acabamos de expor. Um dos grandes legados teóricos que a análise do discurso nos apresenta é a premissa de que o sujeito é um efeito de estruturas discursivas maiores sobre as quais ele não possui maior controle. Conforme aponta Orlandi (2007, p. 20):

o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Sem que nos aprofundemos, o que se pode dizer é que quando falamos em análise do discurso – a despeito das especificidades de cada autor ou corrente (francesa, crítica etc.) – uma de suas maiores contribuições é tomar como central a relação que se estabelece entre texto e contexto, lançando para si a tarefa de desvendar em que medida o primeiro é determinado pelo segundo.

Seria certamente equivocado atestar aqui que para a análise do discurso a o contexto, em suas instâncias sociais, políticas, econômicas, históricas etc., determine quase que como mecanicamente as produções discursivas. Como aponta Locke (2004, p. 37) ao tratar da análise crítica do discurso, há uma tendência de que os pesquisadores críticos assumam uma agenda política que tenha por objetivo explicitar e fazer uma crítica de instâncias de dominação social que se fundamentam, dentre outros, a partir de uma base discursiva, simbólica. Isto corresponde a um mesmo tempo a duas implicações para a prática teórico-analítica levada a cabo pela análise crítica do discurso. A primeira, a existência de uma dimensão normativa, visto que não somente se dispõe a descrever fenômenos discursivos da realidade, mas também valorá-los a partir de determinados princípios de justiça ou bem-estar social (cf. FAIRCLOUGH, 2012, p. 9). E, a segunda, que seja enfatizado o papel transformador do sujeito em suas práticas sociais e discursivas, uma vez que, dizendo em termos bakhtinianos, a linguagem não somente reflete, como também refrata a realidade.

Retomemos, contudo, o que foi colocado ao início dessa seção.

Como sustentamos, o sujeito, enquanto produtor sempre único e inédito de todo e qualquer enunciado, dado que este é sempre historica-

---

rais. Não devem ser aqui diminuídas as influências da configuração biológica específica de cada indivíduo.



mente original (trata-se sempre de um novo momento histórico de enunciação, a despeito de seu emissor e mesmo do conteúdo da mensagem) e comporta-se sempre como agente último de sua produção linguística. Consideremos ainda a premissa de que, desconsiderada certa pretensão de neutralidade imputada à linguagem, os enunciados – e por consequência os sujeitos – não são meros efeitos de estruturas discursivas e sociais mais amplas; lhes é também possível colocar estas últimas em xeque. Ainda que possamos, portanto, falarmos em algum espaço de agência individual na transformação de estruturas que o antecedem, coloca-se ainda como lacunar uma reflexão teórica e/ou analítica que esclareça como *de fato* ocorrem estas instâncias de “liberdade”; isto é, espaços onde o determinismo social e discursivo parece se mostrar falho. Se o indivíduo é constituído discursivamente, determinado a um mesmo tempo socialmente e mesmo por suas pulsões inconscientes das quais não possui o menor controle, como podemos falar então em uma liberdade discursiva? Como defini-la, mensurá-la, identifica-la?

Estas perguntas permanecem, até onde me consta, sem respostas.

Parece que já nos encontramos, porém, motivados a aceitar que uma possível liberdade discursiva, ainda que não seja impossível, tende a se mostrar bastante singela. Assumamos em um primeiro momento que a dificuldade inicial de apreensão destas formas de liberdade acabe por nos levar a um cenário onde formas de determinismo se apresentem como mais pujantes.

### **3.2. Determinismo linguístico e/ou discursivo**

Perguntamo-nos então agora: há algum tipo de determinismo linguístico ou discursivo? Isto é, há instâncias linguísticas e/ou discursivas que obstam a liberdade dos indivíduos quando de seus usos da linguagem?

Um primeiro argumento que poderíamos mencionar é o que chamo aqui de argumento internalista. Este argumento pode ser entendido mais como uma limitação do que uma forma de determinismo; o que não impede de ser aqui mencionado. Referimo-nos aqui especificamente às contribuições de Noam Chomsky. Para o autor,

[a] ação humana só pode ser compreendida a partir das premissas de que as capacidades de primeira ordem e os conjuntos de disposições comportamentais envolvem o uso de estruturas cognitivas que expressam sistemas de conhecimentos (inconscientes), de crenças, de previsões, de avaliações, de jul-

gamento etc. (CHOMSKY, 1980, p. 24)

Esta passagem nos permite chegar ao aspecto central do argumento internalista, a saber, a crença em uma base biológica que possibilita aos seres humanos conseguir desempenhar com sucesso a faculdade da linguagem.

Chomsky dedica especial atenção ao (por ele intitulado) problema de Platão (cf. CHOMSKY, 1988), também apresentado como a questão da pobreza de estímulo. Este se baseia no questionamento acerca de como uma criança consegue desenvolver seus pensamentos em uma complexidade maior do que aquela à qual foi exposta. A resposta para esta questão é a suposição de que dispomos de estruturas e conhecimento que são *inatas*.

Um outro argumento frequentemente utilizado por gerativistas e que reforça a ideia de uma estrutura biológica é a verificada ocorrência de afasias, isto é, lesões cerebrais que comprometem a performance linguística em diferentes medidas.

Tudo isto nos leva a crer que há um conjunto finito de princípios que regula o funcionamento da linguagem em todo e qualquer indivíduo (biologicamente apto para tanto) – o que em termos chomskyianos seria designado como gramática gerativa. Podemos, portanto, dizer que tais princípios determinam as produções linguísticas individuais impondo-lhes limites estruturais, sendo também o mesmo válido até mesmo para os próprios pensamentos em si, se pensarmos na cada vez mais verificada articulação entre pensamento e linguagem. Desconsiderá-los em nome de uma liberdade linguística plena não nos pareceria sensato.

Ao mencionar anteriormente as reflexões de Chomsky acerca de princípios universais que regem, de um mesmo modo, todas as línguas humanas, não pretendo com isso negligenciar as especificidades de cada uma delas e que estas, inseridas em diferentes contextos culturais, realizam-se de formas absolutamente particulares e em conjuntos de práticas discursivas inquestionavelmente distintas. Estas especificidades podem ser verificadas não somente quando comparamos uma língua com a outra, mas também quando pensamos na evolução interna de uma língua particular ao longo do tempo; analisando-a, portanto, diacronicamente.

Seguindo esta linha de raciocínio, parece-nos válido o argumento de Bakhtin (2009, p. 44) de que “cada época e cada grupo social tem seu

repertório de formas de discurso na comunicação<sup>55</sup>". Ademais, prossegue o autor, uma "língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*" (BAKHTIN, 2009, p. 128). Para então, de modo bastante assertivo, afirmar que: "[a]s leis da evolução linguística não são e maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução linguística são essencialmente *leis sociológicas*".

Se assumirmos como verdadeiras as afirmações feitas acima por Bakhtin, chegaremos então a nosso segundo argumento: no quadro evolutivo das línguas, o horizonte de transformações possíveis não se coloca para o falante, que, por sua vez, reduzidíssima agência possui tanto no que diz respeito às transformações estruturais da língua, quanto no que tange ao anteriormente mencionado "repertório de formas de discurso". Conquanto não se possa excluí-lo do processo, sua participação ocorre sempre inserida em um complexo social mais abrangente constituído por relações com outros indivíduos – relações estas, em última instância, socialmente determinadas.

Convém ainda situarmos o texto bakhtiniano considerando os diálogos que a obra mencionada estabelece com as principais correntes à época no que diz respeito ao tratamento das formas linguísticas. Em seu *Marxismo e Filosofia de Linguagem*, são apresentadas criticamente pelo autor duas grandes posturas epistemológicas sob as rubricas do objetivismo abstrato e do subjetivismo individualista. Sem que nos aprofundemos sobre estes, podemos dizer de modo bastante sucinto que a) com relação ao primeiro, há a ideia de que a língua seja um sistema objetivo e estável, não influenciado pelos enunciados individuais, regido exclusivamente por formas normativas e b) com relação ao segundo, que as leis da criação linguística se encontram situadas no indivíduo e em sua configuração psicológica. Diante destas duas posturas, Bakhtin concede então primazia ao ambiente sócio-histórico em que a linguagem se realiza, visto que, para o autor, [a] situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação". (BAKHTIN, 2009, p. 117)

---

<sup>55</sup> Omitimos aqui deliberadamente o adjetivo "socioideológica", referente ao termo "comunicação" de modo a não entrarmos no debate mais amplo acerca do conceito de ideologia em Bakhtin. Quanto a isto, ver Konder (2002, p. 111 et seq.)

Com isso, retornamos então aos questionamentos suscitados na seção anterior. Pois, ainda que não com estes termos, Bakhtin está se debruçando precisamente sobre o conceito de discurso em suas relações com o contexto sócio-histórico, reafirmando o caráter de determinação que este possui com relação àquele. Nesse sentido, nosso terceiro e final argumento para esta seção dedicada às formas de determinação linguística e/ou discursiva, diz respeito à já mencionada anteriormente questão da constituição subjetiva dos indivíduos levadas a cabo por estruturas discursivas e extradiscursivas sob as quais seu controle e espaço de agência é extremamente limitado.

Mantém-se novamente, portanto, a necessidade de uma reflexão teórico e analítica que dê conta de tornar precisas as instâncias de agência do indivíduo diante de estruturas que o sobredeterminam. Para isto, voltaremos agora nossos olhares.

### **3.3. Livre-arbítrio discursivo**

Nas linhas anteriores, foi possível verificar alguns argumentos que certamente afastariam o leitor da ideia de que o indivíduo em suas produções linguísticas disporia de algum nível considerável de liberdade. Isto certamente nos causa uma angustiante sensação que, se levada às últimas consequências, poderia servir de fundamentação para um niilismo fatalista com desdobramentos políticos bastante nefastos, dado que não seria então mais possível falar em qualquer nível de responsabilidade. Ora, se minha proposta é pensar em instâncias de responsabilidade discursivo, é preciso então que seja esboçada uma fundamentação inicial para o conceito. Para tanto, é imprescindível que partamos do pressuposto de que é *em alguma medida* possível falarmos em livre-arbítrio discursivo – ou liberdade discursiva.

O passo inicial nessa direção é que a questão “possuímos livre-arbítrio discursivo?” seja refeita. Tal como afirma Baumeister (2014, p. 235) quando tratando da pergunta “as pessoas possuem livre-arbítrio?”, nossa questão não pode ser pensada como possuindo apenas uma resposta positiva e outra negativa. Isto, pois a liberdade apresenta-se em diferentes níveis, e, partindo deste princípio, à luz de nossas reflexões sobre a linguagem sugiro então que falemos em um continuum de *instâncias de controle discursivo* com diferentes extensões.

Para tanto, a primeira reflexão que pretendo sugerir aqui com vis-

tas à fundamentação de tais instâncias diz respeito ao fato de que todo *ato discursivo individual* é único – o que já fora, inclusive, inicialmente apresentado na seção 3.1. Esta tese pode ser justificada, em princípio, de dois modos.

Um primeiro embasamento para esta justificativa requer que nos remetamos novamente a Bakhtin. Para o autor, em todo processo de interação comunicativa o ouvinte assume sempre uma postura responsiva ativa diante daquilo que é recebido: “concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo etc.” (BAKHTIN, 2010, p. 271). Com isso, a produção linguística adquire uma dimensão eminentemente valorativa; ou, conforme sintetiza Faraco (2006, p. 53)

a enunciação de um signo é sempre também a enunciação de índices sociais de valor, isto é, a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade de sua ancoragem em diferentes quadros semântico-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valores.

Uma vez que todo *ato discursivo individual* pressupõe uma atitude axiológica, esta será por sua vez sempre inédita em virtude da complexidade das formas de determinação dos quadros semântico-axiológicos em um contexto de interações comunicativas reais. Para facilitar a compreensão desta afirmação, partamos do princípio de que um indivíduo da espécie humana se constitui como tal a partir de três grandes matrizes, a saber, a biológica, a psicológica e a social. Dado isto, duas atitudes responsivas assumidas por dois indivíduos distintos não podem ter sido determinadas por estas matrizes de um mesmo modo, visto se tratarem sempre de matrizes substancialmente distintas. Isto nos leva à seguinte conclusão: mesmo que suponhamos serem plenamente determinados os eixos axiológicos a partir dos quais os indivíduos valoram um determinado conteúdo discursivo, estas valorações efetivas são sempre distintas entre si (em graus maiores ou menores). Com isso, podemos então atestar que todo *ato discursivo individual* é único pois as avaliações individuais que sustentam as atitudes responsivas são sempre únicas.

Uma segunda forma de fundamentação deste caráter de ineditismo do *ato discursivo individual*, e desprezando aqui sua dimensão valorativa, é constatar o seguinte: cada *ato discursivo individual*, ainda que consideremos se tratar de uma mesma mensagem, enunciada por um mesmo emissor, recebida por um mesmo receptor, em um mesmo contexto institucional etc. se realiza sempre em um momento cronológico distinto de todo e qualquer outro *ato discursivo individual* já realizado. Isto se asse-

melha à reflexão filosófica de que a igualdade entre dois elementos não se configura como uma propriedade inerente destes, tratando-se muito mais deste caso de uma relação (metafísica) estabelecida a posteriori por parte de um observador.

Sustentamos aqui a tese de que todo *ato discursivo individual* é único para que possamos correlacioná-la com a já mencionada concepção aristotélica quanto à liberdade de um ato. Devemos aqui retomá-la e complementá-la.

Tomemos a passagem central para nossa reflexão presente no Livro III da *Ética a Nicômaco*: “[s]ão, pois, consideradas involuntárias aquelas coisas que ocorrem sob compulsão ou por ignorância; e é compulsório ou forçado aquilo cujo princípio motor se encontra fora de nós [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 81). Considerada esta passagem, creio que venha então a se tornar mais clara a relação entre a ideia de princípio motor e a tese do ineditismo do *ato discursivo individual*. Se um *ato discursivo individual* é sempre único, portanto seu princípio motor é sempre o produtor deste ato, a despeito, como vimos, dos sistemas prévios de determinação. E se um *ato discursivo individual*, sempre único, pressupõe avaliações individuais (igualmente sempre únicas) e mesmo a inexorável consciência do ato em si, não cabe, portanto, falarmos aqui em ignorância – o que para Aristóteles comprometeria a voluntariedade de um ato. Ora, seria uma contradição em termos afirmar que um indivíduo produziu um determinado enunciado sem que o soubesse<sup>56</sup>.

Façamos então um apanhado geral das linhas antecedentes: ainda que a) o conteúdo de um ato discursivo individual seja – como vimos na seção 3.1 – discursivamente (e, por conseguinte, social e historicamente) determinado e que b) a forma de um ato discursivo individual possua – como vimos na seção 3.2 – delimitações e limitações linguísticas estruturais (retomando os argumentos internalista e da mudança linguística), para que este ocorra é preciso haver um agente A realizando um conjunto X de escolhas. Este conjunto de escolhas abarca tanto as mais inconscientes ou socialmente determinadas quanto a própria opção em si de produzir o enunciado. Por mais que possamos falar em um conjunto Y de determinações que antecedem este conjunto X, o ato final em si da produção discursiva cabe em última instância ao agente em virtude de sua opção por

---

<sup>56</sup> Desconsideremos aqui os contextos de sonambulismo, sugestão hipnótica, efeitos de substâncias psicotrópicas e outros similares.

realizá-lo. E se mantivermos a ideia de um continuum de liberdade, não podemos falar que a opção de produzir um enunciado E seja tão determinada quanto as mais contundentes determinações discursivas, biológicas ou psicológicas<sup>57</sup>.

Tomemos um exemplo do que acabo de expor. Pensemos em um indivíduo I que nunca pôde frequentar uma escola e cujas únicas fontes de informação são os colegas de trabalho – cujas formações escolares também são deficientes. Suponhamos que em meio a interações com estes, o indivíduo I tenha recebido a mensagem com o seguinte conteúdo C: [homens heterossexuais não são contaminados com o vírus da AIDS]. Suponhamos então que I concorde com este conteúdo C. Podemos aqui sustentar que o horizonte axiológico para a recepção (ativa) desta mensagem é deficiente o bastante para que esta concordância possa ser justificada pela falta de informação. Esta falta de informação, por sua vez, não pode ser entendida como sendo algo pelo qual I simplesmente “escolheu”. Trata-se muito mais aqui ou de a) um resultado de uma série de escolhas anteriores por parte I, como, por exemplo, deliberadamente não querer estudar; ou de b) que I nunca tenha sido levado a escola por seus pais e já desde muito cedo fora obrigado por estes a trabalhar. Assumamos que em caso de “a”, temos um fator determinante K1 que cerceou a liberdade de I, impedindo-o de dispor de um conjunto mínimo de informações suficientes que o levassem a discordar de C. E que em caso de “b”, tenhamos o fator determinante K2, com as mesmas implicações de K1. Tanto K1 quanto K2 são efeitos de uma determinada totalidade social mais ampla onde se imiscuam estruturas discursivas (como por exemplo estruturas discursivas nas quais C seja valorado como falso) e extradiscursivas (como por exemplo instituições que pudessem inserir I em estruturas nas quais C fosse valorado como falso). K1 e K2 comprometem a liberdade de I na avaliação de C em um determinado nível Z1.

Suponhamos agora que I, conversando com colegas de bairro, opte por produzir um enunciado com o mesmo conteúdo C. Poderíamos, dentre outras, listar as seguintes razões para esta escolha: a) se tratar de uma necessidade de I de legitimar de seus pensamentos homofóbicos, b) se tratar de uma tentativa de acalmar um outro colega quando este afirma

---

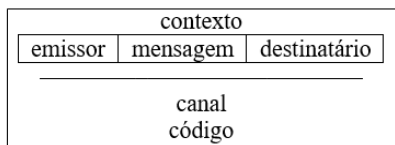
<sup>57</sup> A menos, claro, que falemos em afasias, deficiências intelectuais e cognitivas ou mesmo, por exemplo, se considerarmos que expressões de dor sejam *ato discursivo individual*; neste caso, não seria possível sustentar que um grito após um ferimento tenha sido resultado de uma deliberação racional.

ter tido relação sexual com uma parceira que se supõe ter alguma DST, c) se tratar de uma reação de espanto diante de um colega quando este afirma que um conhecido de ambos, heterossexual, esteja infectado com o vírus HIV. Estas três razões correspondem respectivamente aos fatores determinantes K3, K4 e K5. K3, K4 e K5 determinam em um nível Z2 que I reproduza o conteúdo C.

Neste exemplo, me parece inquestionável que Z1 corresponde a um nível de comprometimento de liberdade *maior* do que o de Z2. Isto é, mantida aqui a ideia do continuum, seria extremamente árduo sustentar que uma razão possível [se tratar de uma reação de espanto diante de um colega quando este afirma que um conhecido de ambos, heterossexual, esteja infectado com o vírus HIV] comprometa a liberdade de I em um mesmo nível que uma razão possível [que I nunca tenha sido levado a escola por seus pais e já desde muito cedo fora obrigado por estes a trabalhar].

Considerado o exposto, eis a tese a ser aqui defendida: o princípio motor de um ato discursivo individual é sempre o seu indivíduo produtor, o que nos possibilita, portanto, atestar que o ato discursivo individual é, de alguma forma, um ato suficientemente *livre* a ponto de poder ser moralmente valorado, de modo ser possível a imputação a seu agente de algum nível de responsabilidade. Neste caso, as determinações para a escolha última de realizar o ato discursivo individual se dão sempre em um nível que não compromete a liberdade de seu agente a ponto deste não mais poder ser considerado responsável (portanto, livre) por sua produção linguística.

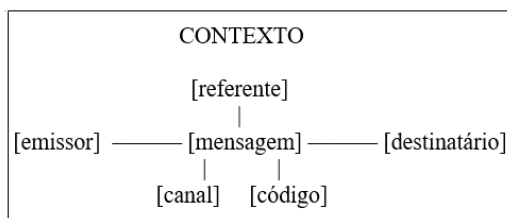
Se a tese expressa anteriormente é válida, então posso agora delinear mais nitidamente a noção de liberdade discursiva. Para tanto, tomaremos como ponto de partida o tradicional modelo da Teoria da Comunicação conforme proposto por Jakobson. Segundo o autor (1960, p. 353), os seis termos do esquema abaixo representam os fatores constitutivos de todo processo linguístico.



De fato, trata-se aqui de uma mera divisão abstrata e que tem por objetivo tão somente identificar e destacar cada um dos elementos. Entre-



tanto, por conta desta disposição específica dos elementos no diagrama, não se coloca como visualmente clara o bastante a ideia de que subjacente aos elementos [emissor], [receptor], [canal], [código] e [mensagem] se encontra o elemento [contexto]. Entendo que na teoria jakobsoniana o contexto é o elemento que assume importância destacada quando se trata da função referencial e que, nesse sentido, o referente da mensagem – termo que aqui entendo ser mais adequado do que “contexto” – deva ser considerado distintivamente com relação aos outros elementos, aos quais correspondem outras funções. Entretanto, isto pode tornar esmaecida a inalienável relação entre o mundo extradiscursivo – i. e., o contexto – e os outros elementos da comunicação, com suas respectivas materialidades. Com isso, proponho aqui uma reorganização do esquema, de modo que tenhamos o seguinte:



Dada esta simplória alteração inicial, o que teria o modelo a contribuir com nossas reflexões sobre liberdade? Tomemos, pois, cada um de seus elementos, e tratemos de relacioná-los com a noção de liberdade. Propõe-se, portanto, a seguinte pergunta: o emissor dispõe de alguma liberdade quando da escolha das realizações concretas dos elementos da comunicação? Dito de modo mais específico: pode o emissor determinar quem ou o que concretamente preencherá os papéis do receptor, do código, do canal, da mensagem e do referente?

Quanto ao [destinatário], podemos dizer que de uma forma geral sempre escolhemos a quem nossas mensagens serão destinadas. Esta escolha implica, inclusive, que outras sejam feitas com relação aos outros elementos. Se quero me dirigir a uma criança muito nova, minha mensagem deve ser adequada ao horizonte de compreensão que eu suponho a criança ter. Se me dirijo a um amigo cuja língua materna é diferente da minha, mas que também domino, então preciso utilizar o código desta língua estrangeira que domino.

Outros aspectos tornam de fato o problema mais complexo quando tratamos de mensagens a serem divulgadas a um número muito vasto

de pessoas – como no caso de transmissões televisivas, de rádio ou mesmo mais contemporaneamente pela internet quando utilizamos espaços públicos como os de comentários, páginas pessoais ou perfis em redes sociais. Entretanto, neste caso podemos dizer que via de regra o emissor, ainda que não tenha como precisar quais e quantos indivíduos recebem sua mensagem, tem a ciência de que, a depender do canal isto assim se dê.

Quanto ao [código], ainda que retomemos aqui as limitações linguísticas e culturais de uma determinada língua, a escolha por um código em função do outro é sempre uma escolha consciente. Quando diante de necessidades contextuais específicas, diferentes códigos são conscientemente utilizados – parecem óbvias, por exemplo, as determinações contextuais quando optamos por sinalizar vias com placas e não com livros ou revistas.

Quanto ao [canal], também este é sempre resultado de uma escolha do emissor, ainda que se possa falar em formas de comunicação que restrinjam emissores e destinatários a um único canal – como quando dois prisioneiros em diferentes celas se comunicam por intermédio de um carcereiro.

Quanto à [mensagem], ainda que consideremos as determinações linguísticas e discursivas que abordamos previamente, há de se falar aqui em um continuum de liberdade por parte do emissor nos dois eixos centrais da mensagem: sua forma e seu conteúdo. Ao falarmos aqui de conteúdo, acabamos então por contemplar o elemento [referente], cuja realização também depende em última instância da escolha do falante.

Em suma: no que diz respeito ao preenchimento efetivo e concreto dos papéis designados por cada elemento essenciais da comunicação há sempre um processo de escolha em maior ou menor grau realizado pelo emissor. Isto nos permite afirmar que a escolha destes elementos corresponde a diferentes instâncias de controle discursivo por parte do emissor quando da produção de um ato discursivo individual.

### **3.4. Responsabilidade discursiva**

Na seção 3.1, ao introduzirmos a questão da liberdade discursiva, optamos por não nos aprofundarmos tal como o fizemos na seção anterior, de modo a preparar o terreno para os aspectos mais deterministas do discurso e da linguagem por si própria, sobre o que foi discutido na seção

3.2. Em 3.3., foi possível então sustentar que, considerado exclusivamente o argumento aristotélico e a premissa de que a liberdade se manifesta e um continuum, é possível de fato falar em liberdade discursiva, ou, de modo mais preciso, em instâncias de controle discursivo com base nas escolhas que o emissor realiza quanto aos elementos mais essenciais da comunicação quando da produção de um ato discursivo individual.

Finalmente, após termos percorrido este trajeto, coloca-se diante de nós a pergunta: o que significa ser discursivamente responsável? Antes de respondê-la, tratemos de um ponto essencial.

Se partimos do princípio que todo meu trabalho se desenvolve a partir de uma interface entre a ética e os estudos do discurso, é indispensável que não seja deixado de lado o caráter normativo desta área filosófica (cf. VAZ, 1999, p. 74; HÖFFE, 2013, p. 26). Isto significa dizer que a pesquisa neste campo se submete a um determinado conjunto de fins e normas que são valorados positivamente – em função de seus inversos, que o são negativamente – e que assumem um caráter prescritivo. Este caráter prescritivo estabelece uma relação direta com a pretensão transformadora de certas correntes nos estudos do discurso, como por exemplo a já mencionada análise crítica do discurso. Assumir uma intenção de transformação exige de algum modo a adoção de um determinado sistema de valores. O que não poderia deixar de sê-lo, uma vez que em muitas áreas das ciências humanas já se mostram claras as relações entre as escolhas realizadas ao longo da prática científica e investigativa e os contextos sociais mais amplos que podem por meio destas práticas e investigações serem questionados ou legitimados.

Dito isto, aquilo que para mim se mostra como sendo a responsabilidade discursiva não pode prescindir de uma valoração prévia positiva do agir *racional*. Esta simples expressão já coloca diante de nós a tarefa de nos reportarmos a um sem número de linhas e mais linhas escritas pelos filósofos ao longo do tempo. Para tanto, não dispomos aqui do tempo necessário. Podemos, no entanto, sob a pena de arcarmos com as consequências do superficialismo, afirmar que o agir racional, no contexto de nossas reflexões discursivas, é o equivalente a um ímpeto pelo conhecer, pelo saber, pelo deliberar. Indo ao encontro disto, como vimos anteriormente, para Aristóteles responsável é aquele que se encontra em condições de tomar decisões, vistas estas como efeitos de deliberações racionais. Portanto, eis nossa proposição última. Em termos ideais, um ato discursivo responsável atende às seguintes condições: a) houve uma deliberação racional em um nível o mais pleno o possível sobre a escolha de

todos os elementos comunicativos; b) esta deliberação foi capaz de prever um número máximo possível de suas consequências deste ato, c) foi considerada a não neutralidade das produções discursivas e o fato dela ser parte constitutiva da realidade, de modo que tenha se partido do princípio de que enunciados são efeitos de estruturas sociais e discursivas mais amplas e que inexoravelmente as legitimam ou as colocam em xeque.

#### **4. Por um mundo mais responsável**

Nenhuma prática intelectual surge descolada do mundo que lhe é contemporâneo e que lhe oferecem as questões a serem por ela combatidas, tratadas, pensadas. Todo o trabalho aqui apresentado, por sua vez, também o faz. Parto aqui da hipótese de que as pessoas no momento presente tendem a se reconhecerem como não sendo responsáveis por seus atos discursivos. Enunciados tão caros ao senso-comum tais como “sou responsável pelo que digo e não por aquilo que você entende<sup>58</sup>” são um sintoma desta falta de consciência sobre o que chamo aqui de responsabilidade discursiva. Isto se coloca para nós, filósofos, pesquisadores, intelectuais, ao menos assim suponho, como um desafio. Falo em desafio pois são evidentes as estruturas e microestruturas sociais onde se verificam exploração, segregação, discriminação dos mais diversos tipos, assimetrias de poder etc. Estas estruturas, porém, são acessíveis somente através de uma leitura crítica, analítica e materialmente embasada. Quanto maior é o desconhecimento dos indivíduos acerca das suas inserções em processos de legitimação destas estruturas, tanto menor será a sua consciência de responsabilidade. Por conseguinte, quanto menos responsáveis estes se sentem, menos impelidos eles são a modificarem suas práticas sociais com vistas a combaterem tais estruturas. E combater-las é nossa tarefa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad.: Leoonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

---

<sup>58</sup> Este mesmo dito pode ser encontrado também em outras línguas, o que evidencia se tratar de um discurso amplamente aceito, mesmo a despeito de especificidades culturais nacionais.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.

\_\_\_\_\_. Gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAUMEISTER, R. F. Constructing a Scientific Theory of Free Will. In: SINNOTT-ARMSTRONG, W. (Org.). *Moral psychology*. Cambridge – Mass: MIT Press, 2014.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Trad.: Maria Gloria Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/Universidade de São Paulo, 1976.

CHOMSKY, N. *Language and problems of knowledge: the Managua lectures*. Cambridge – Mass: MIT Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980.

COSTA, C. Livre-arbítrio: como ser um bom compatibilista. *Princípios*, UFRN, Natal, vol. 7, n. 8, p. 19-33, jan./dez. 2000.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2006.

FISCHER, J. M. Responsiveness and moral responsibility. In: SCHOE-  
MAN, F. D. (Org.). *Responsibility, character, and the emotions: new es-  
says in moral psychology*. Cambridge – NY: Cambridge University  
Press, 1987.

HÖFFE, O. *Ethik: eine einföhrung*. Original-Ausgabe ed. München: Ver-  
lag C.H. Beck, 2013.

JAKOBSON, R. Linguistics and poetics. In: SEBEOK, T. A. (Hg.). *Style  
in Language*. Cambridge – MA: MIT Press, 1960.

JAPIASSU, H.; SOUZA FILHO, D. M. de. *Dicionário básico de filoso-  
fia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LECERCLE, J. *A Marxist philosophy of language*. Leiden; Boston: Brill,  
2006.

LOCKE, T. *Critical discourse analysis*. London – NY: Continuum,  
2004.

MURPHY, N. C.; BROWN, W. S. *Did my neurons make me do it?: Philosophical and Neurobiological Perspectives on Moral Responsibility and Free Will*. Oxford – NY: Oxford University Press, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. SÃO Paulo: Pontes, 2007.

SUAREZ, A.; ADAMS, P. (Org.). *Is science compatible with free will?: Exploring free will and consciousness in the light of Quantum Physics and Neuroscience*. New York: Springer, 2013.

VAZ, H. C. De L. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999.

WILLMOTT, C. *Biological determinism, free will and moral responsibility*. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2016.